



Era Vargas: a Educação como Instrumento Político

Gabriel Saldanha Lula de Medeiros¹

Resumo: A Era Vargas foi responsável por uma série de modernizações nas estruturas social, econômica e educacional do Brasil. Apesar da popularidade do presidente, seu governo tinha um caráter centralizador e autoritário. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo elucidar a seguinte questão-problema: “de que forma o governo Vargas utilizou a educação como instrumento político?”. A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo a partir de textos indexados e avaliados por pares coletados no site de buscas Google. De início, serão trazidos os contextos histórico e político da época, além das principais mudanças realizadas na estrutura educacional. Em seguida, a seção “Discussão” visa à elucidação da questão-problema. Conclui-se, por fim, que essa modernização buscava mão de obra qualificada para a crescente demanda industrial, e que o uso da propaganda política na educação tinha por objetivo legitimar o poder do regime.

Palavras-chaves: Era Vargas; Educação; Instrumento político.

Vargas Era: the Education as a Political Instrument

Abstract: The Vargas Era was responsible for a series of modernizations in Brazil's social, economic and educational structures. Despite the president's popularity, his government had a centralizing and authoritarian character. Thus, this paper aims to elucidate the following problem question: “How did the Vargas government use education as a political instrument?”. The methodology consists of a qualitative bibliographical review from indexed and peer-reviewed texts collected on the Google search site. In the beginning, the historical and political context of the time will be brought, as well as the main changes made in the educational structure. Then, the “Discussion” section aims at elucidating the problem question. Finally, it is concluded that this modernization sought skilled labor for the growing industrial demand, and that the use of political propaganda in education was intended to legitimize the power of the regime.

Keywords: Vargas Era; Education; Political instrument.

Introdução

Getúlio Vargas é o político brasileiro que desempenhou por mais tempo o cargo de presidente da república. Ao todo, foram quase 19 anos de governo. Ocupou a presidência pela primeira vez durante 15 anos consecutivos, em um período conhecido como Era Vargas, entre os anos de 1930 e 1945, pondo fim à Primeira República (1889-1930). Antes de se tornar

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER); Licenciando em História pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: gabriellula96_@hotmail.com

presidente pelo golpe de Estado que ficara conhecido como a “Revolução de 1930”, em novembro daquele ano, Vargas já havia sido ministro da fazenda do governo Washington Luís e presidente da província do Rio Grande do Sul, sendo conhecido por seu caráter cauteloso e conciliador, popular entre os gaúchos.

A Primeira República, iniciada em 1889, era conhecida também como “política do café com leite”, onde as províncias produtoras de café se revezavam na indicação de um candidato para a sucessão presidencial. De acordo com a tradição, Washington Luís, paulista que governava o Brasil, deveria apoiar um político de Minas Gerais para a eleição presidencial de 1930. Porém, havia o interesse do presidente em indicar o chefe da província de São Paulo, Júlio Prestes, o que afrontava a política do café com leite. Os mineiros esperavam apoio oficial ao presidente da província de Minas Gerais, fato que não aconteceu. Com a indicação de Prestes e o apoio a ele por parte do vice-presidente mineiro, que era paulista, o presidente de Minas Gerais decidiu apoiar Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, dando fim à política de revezamento (PONTES, 2015). Na eleição de março de 1930, sob diversas acusações de fraudes de ambos os lados, Prestes foi eleito com 1.1 milhão de votos contra 700 mil de Vargas.

As recorrentes acusações de fraude deram o tom à insurreição civil e militar que depôs o presidente Washington Luís em novembro de 1930. Além disso, o assassinato de João Pessoa, presidente da província da Paraíba e candidato a vice na chapa derrotada nas eleições de março, por um opositor político local, aflorou os ânimos populares. O apoio ao golpe era crescente. De acordo com Lira Neto (2019), um comboio ferroviário partiu do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro com apoiadores de Vargas. Em cada cidade que o comboio passava, Vargas era aclamado pela população, que entoava gritos de apoio. No Rio de Janeiro, as tropas federais do presidente Washington Luís já haviam sido subjugadas e Getúlio tomou posse em um “governo provisório” a partir de novembro de 1930. De acordo com o autor, o novo mandatário depôs os presidentes das províncias (com exceção do presidente de Minas Gerais), dissolveu o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais, e aposentou compulsoriamente os ministros da Suprema Corte, sob o pretexto de convocar uma nova assembleia constituinte.

Vargas, portanto, ficou no governo até 1945, por 15 anos consecutivos, sob uma política autoritária e centralizadora, que se intensificou a partir de 1937, inclusive com perseguição a opositores. Por outro lado, a Era Vargas modernizou as estruturas políticas, sociais e econômicas brasileiras, a partir da inserção de demandas populares na construção de políticas públicas e de direitos trabalhistas, e com o desenvolvimentismo, que buscava transformar o Brasil, até então um país agrário-exportador, em um país urbano e industrial.

Atrelado a essas modernizações, em virtude do seu caráter centralizador e autoritário, o governo também investiu em uma propaganda de cunho nacionalista que visava à legitimação do poder, atingindo, inevitavelmente, a educação, que passou a ser vista como uma solução para os problemas nacionais e como um instrumento de transformação social. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo responder a seguinte questão-problema: “de que forma o governo Vargas utilizou a educação como instrumento político?”. A construção deste artigo baseia-se em textos indexados e avaliados por pares, o que garante, de certa forma, uma conclusão pautada em rigores técnicos e científicos.

Métodos

Este estudo consiste em um artigo de revisão sistemática e de cunho qualitativo que visa à elucidação da seguinte questão-problema: “de que forma o governo Vargas utilizou a educação como instrumento político?”. Para tanto, foram coletados textos indexados e avaliados por pares na plataforma de pesquisas Google. Este artigo discutirá as principais mudanças sofridas no campo educacional durante a Era Vargas, desde a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES) em 1930, até as duas grandes reformas educacionais de 1931 e 1942 encabeçadas pelos ministros Francisco Campos e Gustavo Capanema, as disputas entre católicos e escolanovistas pelas diretrizes educacionais no Brasil, e o uso da educação como instrumento de legitimação de poder através da propaganda e do culto à imagem do presidente em ambiente escolar, e o ensino de história, moral e civismo, em uma educação sob viés nacionalista.

Em uma pesquisa de caráter histórico, é importante que um dos métodos de análise das fontes e das informações contidas nelas seja a comparação, uma vez que dados corroborados pela historiografia já existente fortalecem os argumentos utilizados.

Tabela 1 – Textos que fizeram parte da “Discussão” do presente estudo.

Autores/Ano	Título	Publicação	Principais resultados
ANDREOTTI, Azilde Lina (2006)	A administração escolar na Era Vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930-1964).	Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 102-123, ago. 2006.	Com a modernização econômica da década de 1930, a educação profissionalizante tinha como objetivo formar mão de obra qualificada para o trabalho nas indústrias.
BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; SILVA,	As reformas educacionais na Era Vargas e a distinção entre o trabalho	EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 26 a 29/10/2015.	A educação voltada para a formação profissionalizante tende a “responder” as demandas do capitalismo, podendo servir como

Karen Ruppel da (2015)	manual e o trabalho intelectual.		instrumento de doutrinação, de disseminação de ideais políticos.
BRITO, Silvia Helena Andrade de (2006)	A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945).	In: LOMBARDI, J. C. (Org.). Navegando na história da educação brasileira. 1ª Ed. Campinas: EDFE-UNICAMP, vol. 1, p. 1-24, 2006.	Com a crise de 1929, os Estados passaram a intervir mais na economia e adotarem medidas internas para combater a crise. Adotou-se, no Brasil, o desenvolvimentismo, na esperança de o país tornar-se uma potência mundial ou mesmo uma potência regional a partir da industrialização.
CAVAZZANI, André Luiz; CUNHA, Rogério Pereira da (2017)	Ensino de história: itinerário histórico e orientações práticas.	Curitiba: InterSaberes, 2017.	O ensino de história se dava de forma tradicional e ufanista, exaltando personagens e eventos importantes da história brasileira, servindo como instrumento para a criação de uma identidade nacional e de um sentimento de pertencimento à nação. Em ambiente escolar, havia culto à personalidade de Vargas e exaltação de valores morais e cívicos.
HENN, Leonardo Guedes; NUNES, Pâmela Pozzer Caetano (2013)	A educação escolar durante o período do Estado Novo.	Revista Latino-Americana de História, v. 2, n. 6, agosto/2013.	Com o Estado Novo, o regime autoritário necessitava de legitimação frente ao povo brasileiro, criando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela produção de propaganda e pela censura, além da produção de cartilhas educacionais divulgadas nas escolas.
PALMA FILHO, João Cardoso (2015)	A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas.	In: PALMA FILHO, J. C. (organizador). Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3ª ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP, Santa Clara Editora, p. 61-74, 2005.	O argumento do “perigo comunista” propagando pelo governo para sustentar o golpe que originou o Estado Novo era uma “invencionice”, uma vez que os comunistas estavam presos ou vivendo na clandestinidade.
SCHMITZ, Zenaide Inês; COSTA, Miguel Ângelo Silva da (2015)	Educação, infância e nacionalismo: uma abordagem a partir das cartilhas escolares “Getúlio Vargas para crianças” e “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”.	EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 26 a 29/10/2015.	As cartilhas educacionais produzidas pelo DIP tinham imagens e linguagem de fácil entendimento, servindo como um instrumento de doutrinação e de legitimação de poder.
SILVA, Renan Antônio (2017)	A criação do ministério da educação e saúde pública no Brasil.	Trilhas Pedagógicas, v. 7, n. 7, p. 291-304, ago. 2017.	Um dos principais objetivos para a criação do Ministério da Educação era formar trabalhadores qualificados para a indústria. As reformas educacionais transformaram as escolas em “fábricas de autômatos” para o trabalho industrial.

Fonte: Dados da pesquisa.

Durante a discussão, os autores utilizados nos “Resultados” conversarão entre si, possibilitando responder a questão-problema. Ao total, foram utilizados 7 livros ou textos publicados como capítulos de livros, 10 artigos científicos publicados em revistas, 6 artigos publicados em eventos e 1 trabalho de conclusão de curso.

Resultados

Antes de tratarmos a respeito da educação durante a Era Vargas, é importante que façamos uma contextualização política do período em questão, para compreendermos melhor as medidas que serão discutidas mais adiante.

A partir da década de 1930, durante os governos que se seguiram, foram adotadas políticas que visavam à industrialização do Brasil, o que acabou por fomentar algumas mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país. A crescente industrialização e a grande necessidade de mão de obra provocaram o êxodo rural, contribuindo para a acentuação do processo de urbanização. Desde o *crash* da bolsa de Nova Iorque e a crise mundial de 1929, o preço do café, que era o principal produto de exportação brasileiro, despencou. Houve, portanto, uma reorganização das forças políticas nacionais, com forte apelo populista que perdurou até a década de 1960. Segundo Bueno (2014), com a crise das velhas oligarquias cafeeiras, a nova burguesia industrial surge como força política, e o emprego das classes populares e da classe média por essa nova burguesia tornava necessária a inserção das demandas populares nas políticas públicas, principalmente no que diz respeito aos direitos trabalhistas, mas, para o autor, isso constituía uma estratégia do capitalismo para se fortalecer, para afastar influências comunistas da vida dos trabalhadores, uma vez que estes passariam a se sentir mais satisfeitos e amparados. Garantia-se, portanto, o ideário do desenvolvimentismo, cujo desenvolvimento econômico era frequentemente associado à justiça social.

De acordo com Cano (2015), a crise de 1929 deu espaço para que o Estado brasileiro se tornasse mais intervencionista na economia através de uma política de industrialização. Esse fato é de grande importância para compreendermos as medidas tomadas no campo educacional que trataremos nas subseções seguintes e, posteriormente, na “Discussão”. De início, a medida a ser discutida diz respeito à criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), ainda em 1930, já pelo presidente Getúlio Vargas, como uma das primeiras ações de seu governo.

Por meio da criação do MES, a educação brasileira encarou pela primeira vez uma série de modificações estruturais em nível nacional, visto que, segundo Fagundes (2011), após a expulsão dos jesuítas pelas reformas do Marquês de Pombal, em meados do século XVIII, o

ensino no Brasil passou a ser administrado por meio de aulas-régias, ou seja, disciplinas avulsas, que eram ministradas isoladamente e em poucos lugares das províncias, especialmente nas capitais. Para o autor, somente após o advento do Império, o cenário educacional começa a sofrer tímidas modificações, quando o governo criou alguns poucos colégios secundários nas capitais das províncias, onde apenas os filhos de poucas famílias conseguiram ter acesso, conferindo um caráter elitista à educação brasileira, em um país caracterizado por uma economia agroexportadora, com concentração de riquezas. Posteriormente, a partir da década de 1860, é que sistemas provinciais possibilitaram algum pouco acesso dos pobres a um sistema de ensino, ainda que este ensino fosse desigual. Não havia, portanto, um sistema de educação no país, fazendo prevalecer as aulas-régias em ambientes domésticos até o fim do século XIX, enquanto a Europa já contava com escolas elementares organizadas em nível nacional. Por outro lado, o ensino secundário no Brasil tinha caráter preparatório para o ingresso em universidades estrangeiras ou mesmo nas raras instituições superiores nacionais. Por essas razões, no início do século XX, grande parte da população brasileira era de analfabetos (FAGUNDES, 2011).

A criação do Ministério da Educação e Saúde já no início do Governo Vargas, de certa forma, atende aos anseios de camadas da população e de intelectuais que, desde a década anterior, demandavam por ações efetivas do Estado no sentido de melhorar a educação, principalmente por meio dos debates promovidos pela Associação Brasileira de Educação (ABE), uma vez que o analfabetismo era considerado um dos grandes problemas brasileiros.

Assim como outras estruturas do Estado e da organização do país, a educação passou por um processo de modernização, por meio de uma ação centralizadora e uma política que unificasse as estruturas educacionais do Brasil. A seguir, serão elencadas algumas ações que constituem esse processo.

Reforma Francisco Campos (1931)

Francisco Campos foi o primeiro ministro da educação do Brasil, assumindo o cargo em 1930. Já no ano seguinte, publicou uma série de decretos conhecidos como Reforma Francisco Campos, considerada a primeira reforma estrutural na educação brasileira. As principais mudanças empreendidas pela nova legislação ocorreram no ensino secundário, que compreendia os jovens entre 12 e 18 anos, e que foi ampliado para 7 anos de duração. Nessa configuração, os primeiros cinco anos englobavam um currículo comum. Já os dois últimos, eram direcionados para áreas de interesses: pré-jurídica, pré-médica e pré-politécnica (SILVA, 2016). O ensino secundário era voltado para as classes média e alta, objetivando principalmente

a inserção nos cursos superiores, criando uma elite intelectual, um corpo técnico-burocrático para formação de quadros dirigentes (BRITO, 2006).

A forma como o ensino secundário ficou estruturado no Brasil tinha um caráter claramente dualista. O currículo era extremamente vasto, considerado “enciclopédico”, e exames rigorosos eram administrados durante todo o ano letivo, o que leva alguns autores a considerarem a educação secundária no Brasil como “elitista”, pois, para Romanelli (1996), parte considerável da população vivia em zona rural e era analfabeta, sem ter acesso a zona urbana ou sequer a educação primária, deixando claro que a estrutura e o currículo secundários haviam sido elaborados para uma camada social privilegiada. Por outro lado, essa dualidade fica ainda mais evidente pelo fato de que a Reforma Francisco Campos também foi responsável pelo “início do desenvolvimento do ensino profissionalizante no país”, nas palavras de Reis e Padilha (2010). Enquanto o ensino secundário era voltado para uma minoria, sendo esta praticamente a única modalidade que permitia o ingresso em cursos superiores, o ensino técnico comercial era direcionado para as classes mais baixas. O grau de escolaridade conferido por essas duas modalidades era equivalente.

O currículo do ensino comercial era composto por um curso propedêutico (introdutório) de cinco anos, composto por disciplinas como português, matemática, história, geografia e algumas noções de física, química, inglês e francês. Os dois anos seguintes seriam para a formação em cursos técnicos comerciais em secretariado, guarda-livros, administrador-vendedor, atuariário e perito-contador. A profissão de contabilista, aliás, foi regulamentada pelo Decreto nº 20.158 da Reforma Francisco Campos. Entretanto, o único curso superior do qual o ingresso era permitido por meio do ensino técnico comercial era o de administração e finanças, sob o título de bacharel em ciências econômicas (SILVA, 2016). Já a modalidade pré-jurídica do ensino secundário permitia o ingresso no curso de direito; a pré-médica, nos cursos de odontologia, farmácia e medicina; e a pré-politécnica em engenharia ou arquitetura (DALLABRIDA, 2009).

Apesar de ser lembrada como uma reforma elitista, inegavelmente as mudanças promovidas por Francisco Campos modernizaram a educação brasileira, como a obrigatoriedade da presença em no mínimo três quartos das aulas. O aluno que não estivesse presente durante três quartos do ano letivo, não poderia prestar os exames finais. Antes, durante o Império e a Primeira República, o estudante poderia solicitar a realização dos exames finais sem ter participado das aulas. Essa medida permanece até os dias de hoje. Além do mais, a Reforma Francisco Campos promoveu a homogeneização da cultura escolar no ensino secundário brasileiro de forma inédita, estabelecendo procedimentos administrativos e didático-

pedagógicos para todos os estabelecimentos educacionais do país, nas palavras de Dallabrida (2009), onde a estrutura educacional passou a ser regulamentada e controlada pelo governo federal, com o estabelecimento de currículos nacionais comuns.

Os Escolanovistas, os Católicos e a Constituição Federal de 1934

Antes da chegada de Vargas ao poder, Fagundes (2011) relata que a década de 1920 foi de efervescência no meio intelectual em busca de propor soluções para o problema da educação no Brasil e cobrar uma maior participação do Estado nos planos educacionais, uma vez que o analfabetismo passou a ser visto como o principal motivo para o atraso do país. A educação, portanto, era tida como elemento fundamental para a elevação da qualidade de vida da população. A elite, por sua vez, entendia que esse era o caminho para que o Brasil se tornasse um país “moderno”. O autor elenca a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924, como a principal entidade a promover debates no âmbito educacional.

Nesse período, o movimento escolanovista, conhecido também como o movimento dos renovadores, era formado por intelectuais que defendiam escolas públicas de qualidade para toda a população, questionando também o modelo educacional da Igreja Católica, uma vez que os estabelecimentos escolares privados durante o Império e a Primeira República eram majoritariamente administrados pela Igreja, o que tornava esta instituição um expoente importante na educação brasileira. Além da escola gratuita, os renovadores defendiam também uma educação laica (ANDREOTTI, 2006) e comum para os alunos de ambos os sexos, uma vez que, nas escolas religiosas, as turmas eram separadas para meninos e meninas, pois a Igreja entendia que esses grupos não deveriam ter os mesmos ensinamentos, devendo ser ensinadas às mulheres coisas relacionadas a tarefas domésticas, a maternidade e ao matrimônio (BOUTIN e SILVA, 2015). Por essas razões, o movimento da Escola Nova e a Igreja Católica polarizaram as discussões no campo da educação durante a década de 1930.

De acordo com Palma Filho (2005), renovadores e católicos foram reunidos em dezembro de 1931 na IV Conferência Nacional de Educação a partir de um chamamento do presidente Vargas para elaborarem um projeto educacional para o Brasil, porém, não chegaram a um acordo. O autor aponta que os católicos não aceitavam perder a influência que tinham sobre a estrutura educacional. Já para Reis e Padilha (2010), o debate entre os dois grupos ultrapassou o ponto de vista da educação e partiu para uma disputa ideológica. Por não chegarem a um denominador comum, o movimento escolanovista lançou o conhecido “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, onde os renovadores definiam seus objetivos e

princípios publicamente, dentre eles: o estabelecimento de um sistema educacional completo com maior cooperação do Estado, uma educação em comum para alunos de diferentes sexos, única para todos, laica e gratuita, uma “escola para o povo”, democrática e acessível, além da criação de universidades a fim de elaborar, criar e transmitir ciência (PALMA FILHO, 2005).

Getúlio Vargas assumiu o poder após um golpe de Estado, ao fim de 1930, com a promessa de ser um governo provisório após acusações de fraudes nas eleições presidenciais, das quais saiu perdedor. De início, fechou as sedes dos poderes legislativos nacional e provinciais, aposentou compulsoriamente os ministros da Suprema Corte, e prometeu convocar uma nova assembleia constituinte para restaurar a ordem no país. A Constituição Federal de 1934 teve como pano de fundo no campo educacional as disputas entre os escolanovistas e os católicos. Os interesses de ambos os movimentos foram abarcados pela Constituição, escrita pelo ministro Francisco Campos. Do lado dos renovadores, a educação passou a ser vista como um direito de todos e um dever do Estado, assegurando sua gratuidade. Já pelo lado dos católicos, o ensino religioso tornou-se facultativo nas instituições públicas de ensino (ANDREOTTI, 2006).

Reforma Capanema (1942-1946)

O político Gustavo Capanema, que havia deixado recentemente o cargo de presidente da província de Minas Gerais, assumiu o Ministério da Educação e Saúde em 1934. Sua gestão ficou marcada por uma série de decretos promulgados a partir de 1942 conhecidos como Leis Orgânicas da Educação, ou mesmo Reforma Capanema.

Em 1937, com a instauração do Estado Novo, o período de maior autoritarismo do governo Vargas, a educação foi fortemente associada ao projeto econômico desenvolvimentista, com a implementação de novas modalidades de ensino técnico profissionalizante, como os ensinos industrial e agrícola, de nível médio. Nesse contexto, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Surgiram também as primeiras Escolas Técnicas Federais. Essas novas modalidades, todavia, não permitiam o ingresso em cursos superiores (CAMPELO, 2017).

De acordo com Otranto e Pamplona (2008), a nova estrutura compreendia quatro anos de um curso propedêutico (introdutório) e três anos de ensino técnico. Os chamados liceus industriais eram construídos nas proximidades de áreas industriais. Além do mais, alguns decretos da Reforma Capanema permitiam que indústrias criassem as suas próprias escolas.

Outra preocupação da nova legislação dizia respeito ao combate ao analfabetismo, criando cursos supletivos para jovens e adultos.

Nesta reforma, pequenas alterações foram feitas no ensino secundário, que agora ficava dividido em dois ciclos: ginásio, de quatro anos, seguido do colégio, de três anos. O último ciclo não era mais dividido entre as modalidades pré-jurídica, pré-médica e pré-politécnica, e sim em duas: científica e clássica. A primeira, voltada para as ciências naturais e, a última, para as ciências humanas (OTRANTO e PAMPLONA, 2008).

Em suma, a última reforma educacional da Era Vargas continuou a insistir no caráter dualista da educação brasileira, onde o ensino secundário continuava a ser voltado para classes privilegiadas, para formar uma elite intelectual que “conduziria” o país, preparatório para o curso superior, e o ensino técnico que contava com as modalidades comercial, industrial e agrícola, que praticamente não permitia entrada nos cursos superiores. Mantiveram-se, portanto, as bases elitistas da estrutura educacional.

Ensino de História, Moral e Cívica

Para discutir acerca da educação como instrumento político durante o governo Vargas, é imprescindível tratar a respeito da sistematização da disciplina de história no Brasil, uma vez que, em governos autoritários, as disciplinas de humanidades são logo atingidas tanto em seu conteúdo quanto em seus métodos de ensino. No caso da história, especificamente, faz-se necessário tecer algumas considerações gerais sobre a relação desta ciência com o seu uso, por parte da elite brasileira desde o século XIX, como um instrumento de legitimação de poder.

A história tradicional do século XIX, período em que esta disciplina logrou status de ciência na Alemanha, era voltada apenas para a construção da narrativa histórica pautada nos eventos políticos. De acordo com Fontoura (2016), essa narrativa priorizava somente os grandes acontecimentos políticos e as ações dos grandes personagens, sem se aprofundar nos contextos sociais e sem levar em consideração as ações dos cidadãos comuns nos processos históricos. Por essa razão, a produção historiográfica esteve por muito tempo relacionada à construção dos Estados-nações, pois contribuía para a criação de uma identidade nacional e de um sentimento de pertencimento à nação, com a narrativa de um passado glorioso, utilizado pelas elites dominantes como um instrumento de legitimação de poder.

Dessa forma, de acordo com Cavazzani e Cunha (2017), em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dezesesseis anos após a independência brasileira, ainda não havia uma documentação ou uma produção que desse conta da história do país, o que

preocupava as elites e poderia dificultar a consolidação da construção de um Estado-nação. Por isso, em 1840, o IHGB fez um concurso cujo prêmio era de 200 mil réis para quem escrevesse a melhor tese a respeito da história do Brasil. O vencedor foi Karl Friedrich von Marthius, um alemão, médico e botânico, que veio para o país na caravana imperial como acompanhante da duquesa austríaca Leopoldina, esposa de Dom Pedro I. Para von Marthius, a história brasileira tinha como pano de fundo a miscigenação entre brancos, índios e negros. Os brancos eram tidos como heróis nacionais, e o autor reconhecia também especificidades indígenas, porém, não tecendo grandes comentários com relação aos negros escravos, a quem chamava de “raça etíope”, limitando-se a dizer que o desenvolvimento brasileiro seria diferente caso não houvesse a presença deles. Os personagens portugueses eram ressaltados para gerar confiança nos antepassados dos brasileiros, ocultando qualquer história de conflitos, exclusões ou tensões, o que poderia incitar uma “guerra civil” ou uma “fragmentação” do país, impedindo o plano de construção de um Estado nacional forte, uma nação poderosa.

O primeiro autor filiado ao instituto a produzir uma extensa obra sobre a história do Brasil, pautando-se em farta documentação, foi Francisco Adolfo Varnhagen, em seus dois volumes sobre a História Geral do Brasil, que, apesar de trazerem uma série de fatos e documentos nunca antes levantados e analisados pelos historiadores, têm em sua narrativa tradicional uma “falta de empatia” pelos colonizados, muitas vezes exaltando os portugueses em sua posição de conquistadores do novo mundo. Esse viés da narrativa do autor agradava ao Império brasileiro e também aos demais membros do IHGB, o que, segundo Muniagurria e Zorek (2017), aponta para o fato de Varnhagen compartilhar e reproduzir os ideais das elites dominantes.

No Brasil, a sistematização da história como uma disciplina obrigatória nas escolas ocorreu durante a primeira metade do século XIX, em um cenário de Brasil recém independente, onde o ensino desta matéria era voltado principalmente para a construção de uma identidade nacional que buscasse um sentimento de coesão entre o povo, um sentimento de pertencimento à nação, também em função de alguns movimentos separatistas. A criação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, corresponde a esses anseios. Uma disciplina histórica voltada para a memorização de fatos considerados importantes para a história brasileira, ressaltando as biografias de personagens marcantes, como heróis nacionais. Tudo isso em prol da construção de uma narrativa voltada para a sustentação de um novo Estado brasileiro, de uma nova consciência de identidade. Essa concepção perdurou inclusive após o fim do Império e o advento da República. (CAVAZZANI e CUNHA, 2017).

De acordo com Abud (1998), a Reforma Francisco Campos, de 1931, durante o governo provisório de Vargas, seguiu as mesmas diretrizes tradicionais para o ensino de história dos governos anteriores. As disciplinas de História Geral e História do Brasil seguiam as sugestões do IHGB de “como deveria ser escrita a História do Brasil”, como uma espécie de “genealogia da nação”, incluindo a formação de Portugal e as grandes navegações.

Como característica da centralização com a qual o governo agora passava a encarar a estrutura educacional brasileira, os conteúdos e as orientações metodológicas para o trabalho pedagógico agora eram elaborados pelo Ministério da Educação (antes, essas eram atribuições dos professores de instituições superiores com aprovação dos professores do Colégio Pedro II e demais instituições de ensino secundário). Colégios locais agora não tinham mais a liberdade de elaborar programas próprios, uniformizando o ensino em território brasileiro, com maior controle do governo federal.

Para a autora, o ensino de história era tido como um instrumento de desenvolvimento do patriotismo e da identidade nacional, sendo estes objetivos evidenciados inclusive nos livros didáticos que exaltavam heróis brasileiros. Esses livros ufanistas tinham como preocupação o estabelecimento de uma unidade étnica, cultural e territorial no Brasil, uma unidade nacional. Para isso, o povo brasileiro era retratado como uma “comunidade singular”, originada a partir de três diferentes povos, dos quais o português seria o condutor da civilização. Os índios, por sua vez, eram retratados a partir das características do Romantismo, sendo os índios nativos diferentes dos atuais, construindo a raiz indígena brasileira a partir de um estereótipo heróico, de físico semelhante ao dos europeus, índios nobres e bravos que supostamente não haviam aceitado a escravidão, ocultando qualquer traço da opressão colonizadora. A produção de artefatos indígenas era retratada como semelhante a dos povos civilizados. Os negros, porém, eram pouco mencionados, sendo retratados apenas como mercadorias. O Brasil era apresentado como uma democracia racial que estava, aos poucos, “embranquecendo” a sua população em virtude do maior índice de imigração dos europeus e da sua maior “robustez física”, além da proibição do tráfico de escravos. Nota-se, portanto, que a produção didática ignora o componente negro na constituição étnica brasileira em virtude dessa ser considerada uma raça inferior, ideia amplamente difundida por algumas correntes científicas da época, pautadas no chamado Darwinismo Social. A formação do povo brasileiro, portanto, era representada de forma a satisfazer as elites dominantes, tendo o povo europeu como principal agente civilizador do Brasil (ABUD, 1998).

Para Alves e Coelho (2019), através da disciplina de história, buscava-se “criar uma sociedade brasileira ‘civilizada’ e orgulhosa de seu passado histórico” (p. 280). A Reforma

Francisco Campos reconhecia a história como sendo eficaz para a formação de uma consciência social e nacional por meio de uma educação política. Há de se reconhecer, porém, que a reforma não trouxe grandes modificações no que diz respeito ao conteúdo da disciplina em relação ao que já era lecionado nas escolas antes da chegada de Vargas ao poder em 1930, consistindo, de modo geral, no ensino das biografias dos grandes personagens e na memorização de datas e eventos importantes da história do país. Os aspectos essenciais dos conteúdos da disciplina de história também não foram alterados pela Reforma Capanema iniciada em 1942, havendo o aumento da carga horária para a disciplina de História do Brasil. Para os autores, os ideais patrióticos e nacionalistas eram veiculados pelo ensino de história e também de moral e civismo.

Segundo Arce (2007), a disciplina de “Educação Moral e Cívica” saiu do currículo durante o governo Vargas, porém, em virtude da luta da Igreja Católica para manter a sua influência no sistema educacional durante este período, o ensino da moral passou a ser de ordem religiosa, uma vez que o ensino religioso fez-se presente no currículo escolar. O civismo, por outro lado, era até então ensinado visando aos direitos e deveres dos cidadãos, e também à organização política do Brasil, o que não interessava no contexto da ditadura varguista. A partir de 1934, o ensino do civismo passou a ser, então, ufanista, patriótico, levando em conta questões raciais (pautadas no Darwinismo Social), através da educação física e de cantos orfeônicos. A instrução cívica se acentuou com o advento do Estado Novo, em 1937, quando o governo Vargas passou a assumir um caráter ainda mais autoritário e nacionalista. O artigo 24 do Decreto-Lei 4244, de 9 de abril de 1942, durante a Reforma Capanema, previa que a educação moral e cívica não seria dada em um tempo limitado nem teria um programa específico, mas que deveria ser executada dentro do “processo” da vida escolar, de forma transversal, sempre com “elevada dignidade e valor patriótico” (SILVA, 2017).

A seguir, na próxima seção, tendo como base as informações trazidas até agora acerca da estrutura educacional no governo Vargas e das modificações realizadas, será discutido o uso da educação como instrumento político.

Discussão

As informações trazidas na seção anterior permitem a construção de uma discussão que responda a questão-problema “de que forma o governo Vargas utilizou a educação como instrumento político?”. Pelo que já foi elencado até agora, fica claro que a educação passou a ser uma preocupação central do governo, a ponto de ser criada a pasta do Ministério da

Educação, mas, para Silva (2017), a população brasileira era formada por um grande número de trabalhadores rurais e analfabetos, que não poderiam trabalhar na crescente indústria do país. A criação do Ministério tinha basicamente o propósito de criar trabalhadores para a indústria. A questão da educação era um problema urgente, já que esta não havia sido prioridade dos governos durante a história do Brasil.

Para contextualizar, Brito (2006) diz que o Estado se envolveu diretamente na economia após a crise de 1929, uma vez que esta desarticulou a economia mundial, havendo redução no fluxo de capitais, quando os países buscaram saídas internas, nacionais, para o marasmo econômico, principalmente a partir da expansão dos mercados internos. O desenvolvimento da economia brasileira era compreendido sob dois pontos: a manutenção da segurança nacional, integrando as diferentes regiões do Brasil, e também o fortalecimento da posição social e econômica do país no mundo. Portanto, o ideário nacionalista adotado pelo governo Vargas estava associado ao ideário desenvolvimentista, de “emancipação econômica”, onde o objetivo seria levar o Brasil ao grupo das potências mundiais como um país industrializado. Havia, também, a esperança de que, após a Segunda Guerra, o Brasil ocupasse uma posição de destaque na América do Sul, como uma potência regional, defendendo os interesses dos países da região. Essa posição, porém, ficou enfraquecida após o término do conflito.

De acordo com Andreotti (2006), a década de 1930 é marcada por um processo de modernização compreendido a partir da industrialização e da urbanização sofridas, havendo uma “mudança no eixo da produção econômica” (p. 104), com a transição de um país agroexportador para um país industrializado, expandindo novas camadas sociais e ampliando os mercados de trabalho e de consumo, permitindo maior mobilidade social. A escola, por sua vez, foi considerada fundamentalmente como um instrumento de mobilidade e equalização sociais, e de progresso. A autora aponta que os projetos educacionais da época situavam a educação dentro do projeto de desenvolvimento capitalista, principalmente se for levada em conta a implementação dos cursos técnicos profissionalizantes, que objetivava a formação de mão de obra qualificada para a crescente indústria, sendo esta, aliás, uma das características do sistema educacional da época: ensino secundário para as elites e ensino técnico para as classes menos favorecidas, fato que contribuiu para o desenvolvimento do sistema capitalista.

Para Boutin e Silva (2015), a educação que forma para a atuação no mercado de trabalho visa responder as demandas do capital, que acaba por legitimar as desigualdades sociais, o que acentua as diferenças entre a educação para a elite e a educação para a massa, distinguindo o trabalho intelectual do trabalho manual. A educação, nesse sentido, é vista pelas

autoras como uma “estratégia não violenta” de reprodução de ideais políticos, podendo ser um instrumento de doutrinação ideológica, disciplinando a população para o trabalho, criando cidadãos passivos. Esse modelo educacional, portanto, não estava comprometido com a formação do cidadão de forma integral.

O cuidado com o corpo também foi introduzido nas escolas através da educação física, pois havia também o interesse em preparar para o trabalho nas fábricas. O exercício físico era recomendado para melhorar a atuação dos trabalhadores. Durante o Estado Novo, para fins de disseminação do nacionalismo e do estereótipo físico para o “fortalecimento da raça”, essas aulas passaram a ser ministradas por membros do Exército (HENN e NUNES, 2013).

Compreende-se, então, que a preocupação com a educação profissionalizante dizia menos a respeito do interesse na educação integral do homem e mais a respeito do ideário desenvolvimentista do governo Vargas, sendo este, portanto, um dos usos da educação como instrumento político. Silva (2017) aponta que a Reforma Capanema continuou o trabalho de Francisco Campos no sentido de que a escola virou uma fábrica de robôs para a indústria e o comércio, pois havia uma necessidade “brutal” de mão de obra qualificada, com excesso de trabalho e falta de trabalhadores adequados. Na visão do autor, em virtude do caráter elitista do ensino secundário, os pobres eram obrigados a escolher o ensino profissionalizante para que pudessem ingressar e continuar na escola, sendo posteriormente vetados de ingressar no ensino superior.

Após tentativas de golpes de Estado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), Getúlio Vargas deu um “autogolpe” e instaurou o chamado Estado Novo (1937-1945). Para Palma Filho (2005), o argumento do perigo comunista era uma “invencionice”, pois a maioria dos comunistas estava presa, e os que estavam soltos viviam na clandestinidade. Com o Estado Novo, o Congresso Nacional foi fechado novamente e Vargas passou a governar por meio de Decretos-leis. Nesse cenário, o regime precisava se legitimar perante a população, uma vez que sua instauração se deu a partir de um golpe. A propaganda foi um dos instrumentos utilizados a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela divulgação da propaganda pró-regime (e também pela censura de conteúdos indesejados) através de rádio, cinema, teatro, imprensa e outros meios, como cartilhas escolares, doutrinando a opinião pública. Por meio desse mecanismo, o ideário propagado era de que o Estado Novo era justo, pacífico, de progresso econômico, onde a população não se encontraria mais dividida politicamente. Esse aparato sofreu influência da produção propagandística da Alemanha Nazista (HENN e NUNES, 2013).

Em 1938, o Decreto-Lei 1006 instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático. Essa comissão, associada ao Ministério da Educação, tinha por objetivo o controle da produção dos livros didáticos. Nenhum livro poderia ser publicado ou distribuído às escolas se não fosse aprovado pelo Ministério da Educação. Como o Estado Novo era uma ditadura, entende-se a aprovação do governo ao material didático como uma espécie de censura. As informações que chegavam às salas de aula eram, portanto, controladas pelo governo, usando a educação como um instrumento de poder (CAVAZZANI e CUNHA, 2017).

A educação foi compreendida como um veículo de divulgação do novo regime, servindo como instrumento de propaganda, com imagens e símbolos difundidos em ambiente escolar que remontam a uma nova consciência nacional. As cartilhas eram instrumentos de doutrinação infantil, sendo esta produção, e também os próprios livros didáticos, produtos e produtores dos contextos político e social da época, utilizados como instrumentos para legitimação de poder, transmitindo valores e ideologias. Duas cartilhas educacionais produzidas ou financiadas pelo DIP são analisadas por Schmitz e Costa (2015), sendo elas: “Getúlio Vargas: o amigo das crianças” (1940) e “Getúlio Vargas para crianças” (1942). De acordo com os autores, ambas são leituras simples e de fácil acesso, e destinadas a estudantes de diversas idades. Elas tinham como objetivo “modelar o comportamento desejado”, além de difundir o ideário de nação do Estado Novo.

A cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”, de 1940, tinha 32 páginas e 45 ilustrações, das quais 34 eram do presidente Vargas. A linguagem simples e direta é proposital, para fazer com que o leitor apreenda a mensagem sem dificuldades, conteúdo este que mostrava o “amor” do presidente pelas crianças através de ações governamentais realizadas em benefício delas, dos jovens e dos trabalhadores. A cartilha “Getúlio Vargas para crianças”, de 1942, por sua vez, tem 112 páginas e 52 ilustrações, e foi produzida por Adolfo Eizen, considerado um dos maiores escritores de história em quadrinhos do Brasil naquele tempo. A obra foi adotada por todas as escolas do país, sendo um recorde de produção e de vendas. O livro criava representações do presidente e narrações acerca de sua vida, criando-lhe uma imagem positiva e com vários atributos. Em ambos os casos, a exaltação da imagem de Vargas busca enaltecer a sua popularidade (SCHMITZ e COSTA, 2015).

Além do uso da propaganda para disseminação do ideário político do regime e para legitimar seu poder, a disciplina de história e o ensino de moral e civismo eram voltados para os mesmos objetivos. As temáticas e as metodologias de uma abordagem histórica crítica foram inviabilizadas no Estado Novo. O ensino das humanidades era voltado para os moldes tradicionais, de narrativas históricas ufanistas e simplificadas, e exaltação de heróis brasileiros,

para a fomentação de um Estado forte que tinha como um de seus pilares de sustentação o fortalecimento do sentimento de identidade nacional. Por isso, valores morais e cívicos eram ressaltados, como a importância do trabalho, principalmente em virtude do ideário desenvolvimentista do governo. Havia também o culto à personalidade do presidente, onde os seus feitos pessoais e do seu governo eram engrandecidos na propaganda oficial e também em ambiente escolar (CAVAZZANI e CUNHA, 2017).

A partir desta discussão, é inegável que o governo Vargas empreendeu caros esforços para transformar a educação em um instrumento político, com ações que compreendiam desde reformas no campo educacional até a censura de materiais didáticos. Entretanto, apesar de a educação ter sido utilizada como parte de um aparato de doutrinação e disseminação de um ideário nacionalista, como instrumento de legitimação de poder do regime, além de servir também como um meio para formar trabalhadores qualificados para a crescente industrialização do Brasil, é importante ressaltar que nem todos foram atingidos por essas ações, tendo em vista que uma parcela considerável da população continuou sem ter acesso às instituições de ensino. Ainda assim, compreende-se que essas ações foram também responsáveis pelos elevados índices de aprovação do presidente, principalmente em virtude de seu caráter populista.

Considerações finais

Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930 através de um golpe de Estado e, em 1937, por meio de um “autogolpe”, instaurou o chamado Estado Novo, acentuando as características autoritárias de seu governo. Em virtude da necessidade de legitimar o regime, foi criada uma verdadeira máquina de propaganda, o Departamento de Imprensa e Propaganda, que entre outras coisas, produzia cartilhas escolares. A partir desse entendimento, o ambiente escolar passou a ser espaço para difusão do ideário político e para legitimação o poder do governo Vargas. O ensino das humanidades, principalmente da disciplina de história, era ufanista, valorizando personagens e eventos importantes da história brasileira, a fim de fomentar um sentimento de pertencimento à nação, de identidade nacional, atrelando-se a isso os ensinamentos de moral e civismo, e, posteriormente, de educação física, disciplina que fora ministrada por militares sob viés nacionalista. Além do mais, em ambiente escolar, havia também o culto à imagem do presidente Getúlio Vargas.

Por fim, as reformas efetuadas tinham entre seus objetivos a qualificação da mão de obra para a crescente indústria brasileira, com o processo de modernização produtiva iniciado a partir das novas concepções políticas advindas da crise de 1929.

Conclui-se, portanto, que frente ao viés autoritário do governo Vargas, a educação foi tida como um instrumento político de legitimação de poder e de difusão dos ideais desenvolvimentista e nacionalista, sendo um canal importante para a elevação da popularidade do presidente perante a opinião pública brasileira.

Referências

ABUD, Kátia Maria. **Formação da alma e do caráter nacional: ensino de história na Era Vargas.** Rev. Bras. Hist. v. 18, n. 36. São Paulo, 1998.

ALVES, Leonardo de Carvalho; COELHO, Maria Carlota de Rezende. **Um olhar sobre o ensino de história escolar no contexto da “Era Vargas” (1930-1945).** Revista Pensar Acadêmico, Manhuaçu, v. 17, n. 2, p. 277-290, maio-agosto, 2019.

ANDREOTTI, Azilde Lina. **A administração escolar na Era Vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930-1964).** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 102-123, ago. 2006.

ARCE, Enrique Viana. **A moral, a Educação Moral e Cívica, e a ética como temas transversais na educação brasileira.** Revista de Educação, PUC-Campinas, n. 22, p. 7-15, junho 2007.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; SILVA, Karen Ruppel da. **As reformas educacionais na Era Vargas e a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.** EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 26 a 29/10/2015.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. **A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945).** In: LOMBARDI, J. C. (Org.). Navegando na história da educação brasileira. 1ª Ed. Campinas: EDFE-UNICAMP, vol. 1, p. 1-24, 2006.

BUENO, Bruno Bruziguessi. **Os fundamentos da doutrina de segurança nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo.** Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 2, nº 1, p. 47-64, 2014.

CAMPELO, Calebe Lucas Feitosa. **Reforma Capanema e Reforma Mendonça Filho: primeiras aproximações.** VIII Jornada Internacional Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 22 – 25 de agosto de 2017.

CANO, Wilson. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento.** Revista de Economia Política, vol. 35, nº 3 (140), pp. 440-460, julho-setembro/2015.

CAVAZZANI, André Luiz; CUNHA, Rogério Pereira da. **Ensino de história: itinerário histórico e orientações práticas.** Curitiba: InterSaberes, 2017.

DALLABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário.** Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Da Colônia à Reforma Francisco Campos (1931): análise histórica do ensino secundário no Brasil.** História & Ensino, Londrina, v. 2, n. 17, p. 327-338, jul./dez. 2011.

FONTOURA, Antonio. **Teoria da História**. Curitiba/PR, InterSaberes, 2016.

HENN, Leonardo Guedes; NUNES, Pâmela Pozzer Caetano. **A educação escolar durante o período do Estado Novo**. Revista Latino-Americana de História, v. 2, n. 6, agosto/2013.

LIRA NETO. **Getúlio Vargas e Eurico Dutra: Estado Novo, eleição e suicídio**. Coleção Folha A República Brasileira - 130 Anos, vol. 12. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2019.

MUNIAGURRIA, Lorena Avellar de; ZOREK, Bruno de Macedo. **Leitura e interpretação de textos historiográficos**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

OTRANTO, Célia Regina; PAMPLONA, Ronaldo Mendes. **A educação profissional do Brasil Império à Reforma Capanema: dicotomia na educação e na sociedade brasileira**. V Congresso Brasileiro de História da Educação. O Ensino e a Pesquisa na História da Educação. Aracaju, 2008.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas**. In: PALMA FILHO, J. C. (organizador). Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3ª ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP, Santa Clara Editora, p. 61-74, 2005.

PONTES, Fábio Souza. **A revolução de 1930 e a industrialização na Era Vargas (1930-1939)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2015.

REIS, Ana Carolina Godinho dos; PADILHA, Caio Augusto Toledo. **Educar para o trabalho: um breve estudo sobre o ensino profissionalizante na era Vargas (1930-1945) e no governo JK (1956-1961)**. VII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade. Marília/SP, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 18º ed., Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

SCHMITZ, Zenaide Inês; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. **Educação, infância e nacionalismo: uma abordagem a partir das cartilhas escolares “Getúlio Vargas para crianças” e “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”**. EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 26 a 29/10/2015.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. **Formando profissionais do comércio: uma análise do ensino comercial brasileiro na Era Vargas (1930-1945)**. XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: Ensino, Direitos e Democracia, UNISC, Santa Cruz do Sul, 18 a 21 de julho de 2016.

SILVA, Renan Antônio. **A criação do ministério da educação e saúde pública no Brasil**. Trilhas Pedagógicas, v. 7, n. 7, p. 291-304, ago. 2017.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. Era Vargas: a Educação como Instrumento Político. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Maio/2020, vol.14, n.50, p. 835-853. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 02/05/2020

Aceito: 09/05/2020